



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Colistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. No semestre, possuía sob sua gestão R\$ 202.865,7 milhões, distribuídos em 1.743 Fundos de Investimento, atendendo um total de 40.794 cotistas.

No 1º semestre de 2017, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 6,1 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 59,6 milhões e Ativos Totais de R\$ 65,7 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos colistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil. Table with columns for 2017, 2016, Circulante, Passivo, and Totais.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil. Table with columns for 2017, 2016, and Recipientes.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil. Table with columns for Saldo em 31.12.2015, 2016, 2017, and 2016.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil. Table with columns for 2017, 2016, Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos, and Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL. A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 4.047/76 (Lei das Sociiedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), inclusive estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e perdas por redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. a) Moeda funcional e de apresentação. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste de balanço. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo). Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

h) Outros ativos e passivos. Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores corrigidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

i) Eventos subsequentes. Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

j) Carteira própria. Colistas de fundos de investimentos. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2017 e 2016.

k) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2017 e 2016.

l) Resultados de operações com títulos e valores mobiliários. Correspondem a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R\$ 3.487 mil (2016 - R\$ 3.204 mil).

m) OUTROS CRÉDITOS. n) Rendas a receber. Referem-se à prestação de serviços - taxa de administração de fundos no montante de R\$ 2.328 mil (2016 - R\$ 2.564 mil).

o) Diversos. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2017 e 2016.

a) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., subsidiária integral do Banco Bradesco S.A., bem como dois de seus administradores, foram mencionadas no âmbito da chamada "Operação Greenfield" da Polícia Federal, por terem exercido, respectivamente, a administração e a gestão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Enseada. Além da disponibilização de documentos, a Justiça determinou, no curso da referida Operação, o bloqueio de valores. Por conta disso, foi firmado um Compromisso, homologado pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, para liberação dos valores mediante o oferecimento de garantias até R\$ 104 milhões, sem o reconhecimento de qualquer responsabilidade civil ou criminal por parte das empresas ou dos administradores da Organização Bradesco. No âmbito do referido compromisso, os administradores e funcionários da Organização Bradesco colocaram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos às autoridades responsáveis pela condução da referida investigação, independentemente de intimação formal. Adicionalmente, as avaliações internas indicam não ter havido ilegalidades na condução das citadas atividades, conforme comunicado do Banco Bradesco ao mercado, em 20 de setembro de 2016. Até o momento, não há nenhuma indicação de que as apurações poderão resultar na responsabilização da referida empresa.

b) OUTRAS OBRIGAÇÕES. a) Fiscais e previdenciárias. Impostos e contribuições sobre lucros a pagar. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO. a) Capital social. O capital social, no montante de R\$ 28.700 mil (2016 - R\$ 22.900 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 28.700.000 (2016 - 22.900.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social. Tabelas mostrando quantidade de cotas e R\$ mil em 31 de janeiro de 2017 e 2016.

Reservas de lucros. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após essa limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucro ultrapassar os limites estabelecidos em uma Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio. Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Lucro líquido. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS. Tabelas mostrando valores acumulados em 30 de junho de 2016 e 2017.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS. Tabelas mostrando valores acumulados em 30 de junho de 2016 e 2017.

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS. Tabelas mostrando valores acumulados em 30 de junho de 2016 e 2017.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. a) Transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas: Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

Ativos e passivos contingentes. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social. Tabelas mostrando valores acumulados em 30 de junho de 2016 e 2017.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES. a) Gerenciamento de riscos. A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

b) Composição da Lei nº 13.169/15. Tabelas mostrando valores acumulados em 30 de junho de 2016 e 2017.

17) Provisão para publicação e outras provisões. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

18) Provisão para publicação e outras provisões. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

19) Provisão para publicação e outras provisões. Tabelas mostrando valores em 30 de junho de 2016 e 2017.

continua...



...continuação



**Bradesco**  
**BEM DTVM**

**BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 00.066.670/0001-00  
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

- b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2017, somaram R\$ 202.865.728 mil (2016 - R\$ 181.050.338 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 15.526 mil (2016 - R\$ 13.807 mil), registrado em receita de prestação de serviços.
- c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:
  - Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
  - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
  - Resolução nº 3.750/08 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
  - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
  - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
  - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
  - Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
  - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

**A DIRETORIA**

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Cotistas e aos Administradores da

**BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
Osasco

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de agosto de 2017

André Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

# MOSTRE QUE A SUA MARCA É MAIS DO QUE EMBALAGEM.

DIVULGUE OS SEUS RESULTADOS FINANCEIROS PARA QUEM ENTENDE.

O Valor é o único jornal que disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

Facebook

Email Alerta

Twitter

Audiência total\*:  
**+ de 3,4 milhões**  
de leitores

# Valor

Notícias que geram negócios

## COMPOSIÇÃO

Margem Bruta	60,98%
Margem Operacional	19,6%
Margem Líquida	16,56%
Retorno Sobre Investimento	11,91%
Liquidez Seca	1,03
Liquidez Corrente	1,14
Fluxo de Caixa/Ação	2,15
Fluxo de Caixa Operacional	17,74%

Fonte: \*Leitores Somados Digital (Desktop + Mobile + Virador) - Google Analytics MARÇO 2016. Leitores Valor exclusivamente impresso - Ipsos Maplan, EGM 1º semestre 2015 duplo período.

11 3767.1323 (São Paulo)  
61 3717.3331 (Brasília)  
21 3521.1415 (Rio de Janeiro)  
[valor.com.br/comunicacaocominvestidores](http://valor.com.br/comunicacaocominvestidores)